



Diário Oficial do

MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO • BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA

IMPRENSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Praça Deputado
Henrique Brito, 344,
Centro - Carinhanha -
Bahia

Telefone



77 3485-3102

Horário



Segunda a sexta-feira,
das 08:00 às 11:30 e
das 14:00 às 17:00

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



RESUMO

LEIS

- LEI N.º 1.410 - DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARINHANHA-BA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- LEI N.º 1.411 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR SOB CONDIÇÕES E ENCARGOS IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE, SITUADO NO MUNICÍPIO DE CARINHANHA, COM FINALIDADE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- LEI N.º 1.412 - "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CARINHANHA A INTEGRAR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONSÓRCIO CIDADE LIMPA LIXO ZERO"
- LEI N.º 1.413 - FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA-BAHIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- LEI N.º 1.414 - FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA-BAHIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETOS

- DECRETO FINANCEIRO N.º 4 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2024 - CARINHANHA
- DECRETO FINANCEIRO N.º 5 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2024 - CARINHANHA QDD
- DECRETO N.º 45 - NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA - FG-2B E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- DECRETO N.º 46 - NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA FG-2A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- DECRETO N.º 47 - NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA FG-2A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- DECRETO N.º 48 - NOMEIA COORDENADORA DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- DECRETO N.º 49 - NOMEIA COORDENADORA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - 03 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- DECRETO N.º 50 - NOMEIA COORDENADOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - 02 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- DECRETO N.º 51 - NOMEIA COORDENADORA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - 01 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIAS

- PORTARIA N.º 04 - DISPÕE SOBRE LICENÇA REMUNERADA PARA ESTUDO DE DOUTORADO E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

LEI N.º: 1.410/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

Dispõe sobre a implantação e implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral na rede pública municipal de educação de Carinhanha-BA e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece a implantação e implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral na rede pública municipal de educação de Carinhanha-BA.

Parágrafo único. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral define as diretrizes e as concepções que contemplam os processos e ações que derivam e tem a função de orientar caminhos e estabelecer intencionalidades que fundamentam programas, projetos e estratégias.

Art. 2º A Educação Integral em Tempo Integral visa a qualificação da Educação Escolar a partir da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas para todos os estudantes da rede pública de ensino, tendo como princípios:

I - qualificação do processo de ensino aprendizagem visando a garantia do direito de aprender a ler, escrever e produzir conhecimento;

II - ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicas, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas que visa a formação humana e integral;

III - oferta de Educação com qualidades humanísticas, democráticas e inclusiva;

IV - a articulação entre a escola e a comunidade assegurando o compromisso coletivo com a construção de um Projeto Político Pedagógico que estimule o respeito aos direitos humanos, ao exercício da cidadania e a promoção da igualdade racial e justiça social, além da pesquisa e da tratativa dos problemas concretos vivenciados pela comunidade abrangida por cada unidade educacional como metodologia do conhecimento. Promovendo assim, uma educação integral integrada;

V - proporcionar atenção e proteção a crianças, adolescentes e jovens;

VI - promover a formação continuada, ampliação de espaço de debate, acerca da educação integral em tempo integral para os profissionais da educação que atuam na política municipal de educação integral;

Praça Dep. Henrique Brito, 344 – Centro – CEP. 46.445-000 – Carinhanha-BA
CNPJ: 14.105.209/0001-24 Site: www.carinhanha.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

VII - construir propostas curriculares e processos educativos de forma coletiva envolvendo a participação efetiva dos profissionais da educação.

Art. 3º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral prevê a ampliação gradativa e progressiva para todas as etapas de ensino da Educação Básica, em todas as Unidades Escolares sob a responsabilidade da rede pública Municipal.

Art. 4º A Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil e Ensino Fundamental terá a carga horária mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais e máxima de 10 (dez) horas diárias ou 50 (cinquenta) horas semanais, considerando o tempo contínuo.

Art. 5º As escolas de Educação Integral em tempo integral devem revisar e adequar os seus regimentos internos e projetos políticos pedagógicos, segundo concepção e princípios da proposta curricular da educação integral conforme o artigo 2º desta lei, considerando também:

I - apresentar os fins e os objetivos da educação integral em escola de tempo integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidades de ensino oferecidos;

II - explicitar as concepções de ser humano e sociedade, de educação integral, de escola de tempo integral e da respectiva proposta pedagógica;

III - fundamentar a concepção de proposta curricular para a educação integral nesta escola, a articulação das áreas do conhecimento, da Base Nacional Comum Curricular e da parte diversificada;

IV - descrever as diversas metodologias a serem utilizadas pela escola;

V - especificar os processos gerais da escola, tais como: matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, organização do trabalho pedagógico, processo de avaliação da aprendizagem, proposta pedagógica, registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle da frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e certificação.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação deverá desenvolver, de forma coletiva, documento orientador de proposta de educação Integral em tempo integral, enquanto referência para as diferentes etapas de ensino, o qual dará base para reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos.

Parágrafo único. O documento orientador ao qual se refere o artigo 6º deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Praça Dep. Henrique Brito, 344 – Centro – CEP. 46.445-000 – Carinhanha-BA
CNPJ: 14.105.209/0001-24 Site: www.carinhanha.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

Art. 7º Cabe ao poder Público Municipal, a instituição e manutenção de tal política educacional, por meio da efetivação e bases legais.

Art. 8º Compete a Secretaria Municipal de Educação:

I - orientar e acompanhar, o processo da implantação e implementação da Educação em Tempo Integral, envolvendo a comunidade escolar, a família e sociedade em geral sobre a necessidade e a importância da Educação Integral;

II - proporcionar formação continuada aos profissionais de Educação envolvidos na Política de Educação em Tempo Integral, possibilitando educação de qualidade e a valorização profissional;

III - orientar as escolas na efetivação e desenvolvimento da Política da Educação Integral;

IV - ampliar o quadro de profissionais quando necessário, visando atender as demandas apresentadas nos processos de implantação e implementação da política de educação integral.

Art. 9º Compete a escolas:

I - adequar seus regimentos internos e Proposta Pedagógica ao contexto de Educação em Tempo Integral;

II - ter Projeto Político Pedagógico, embasado nas concepções que fundamentam a proposta de educação integral em tempo integral;

III - desenvolver a proposta curricular em consonância com os documentos indicados pela Secretaria municipal de Educação, a saber: documento curricular referencial do município de Carinhanha, documento orientador da educação integral, pareceres e resoluções emitidas pelo Conselho Municipal de Educação, Portaria emitidas pela Secretaria municipal de Educação, dentre outros instrumentos orientadores;

IV - desenvolver permanente articulação entre escola, comunidade e todo o seu território;

V - cumprir o quanto disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 10 Os estudos e atividades realizadas pelos alunos regularmente matriculados na educação integral em tempo integral, com carga-horária mínima de 35 (trinta e cinco) horas semanais, anterior a esta publicação, serão aproveitadas e recepcionadas pela Política Municipal de Educação Integral em tempo Integral estabelecida por esta lei.


Praça Dep. Henrique Brito, 344 – Centro – CEP. 46.445-000 – Carinhanha-BA
CNPJ: 14.105.209/0001-24 Site: www.carinhanha.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos por pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA/BA, em 01 de abril de 2024.



FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA

PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO

CNPJ: 14.105.209/0001-24

LEI N.º: 1.411/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Autoriza o Poder Executivo a doar, sob condições e encargos, imóvel de sua propriedade, situado no município de Carinhanha, com finalidade específica e dá outras providências”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar imóvel de sua propriedade, situado na sede desta cidade, com finalidade específica, sob condições e encargos, ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O imóvel a ser doado, constitui-se de uma parte de terreno urbano que fica no fundo do Prédio da Câmara de Vereadores, com área (m²) de 214,472, inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **-P-0001**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-45°W, de coordenadas **N 8.418.209,041m** e **E 632.787,523m**; deste segue confrontando com a propriedade de CÂMARA MUNICIPAL DE CARINHANHA-BA, com azimute de 119°38'15" por uma distância de 11,00m até o vértice **-P-0002**, de coordenadas **N 8.418.203,601m** e **E 632.797,084m**; deste segue confrontando com a propriedade de AVENIDA SANTOS DUMONT, com azimute de 215°40'50" por uma distância de 20,39m até o vértice **-P-0003**, de coordenadas **N 8.418.187,040m** e **E 632.785,192m**; deste segue confrontando com a propriedade de PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA-BA, com azimute de 308°14'54" por uma distância de 11,00m até o vértice **-P-0004**, de coordenadas **N 8.418.193,850m** e **E 632.776,554m**; deste segue confrontando com a propriedade de AVENIDA SANTOS DUMONT, com azimute 35°50'02" por uma distância de 18,74m até o vértice **-P-0001**, ponto inicial da descrição deste perímetro de 61,13 m.

Art. 3º O imóvel objeto da doação terá destinação específica para implantação de Projeto de Ampliação da Câmara, com dois pavimentos:

I - Pavimento térreo: Estacionamento para veículos da Câmara Municipal com pista de tráfego para entrada/saída e escada de acesso ao primeiro pavimento;

II - Primeiro Pavimento: Sala de Reunião, Salão de exposição (galeria) e Sanitário.

Praça Dep. Henrique Brito, 344 – Centro – CEP. 46.445-000 – Carinhanha-BA
CNPJ: 14.105.209/0001-24 Site: www.carinhanha.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA

PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO

CNPJ: 14.105.209/0001-24

Parágrafo único. Eventual mudança no Projeto de Ampliação, de que trata o caput deste artigo, depende de autorização formal do Município.

Art. 4º A doação será feita mediante as condições e os encargos previstos nesta Lei.

§ 1º As condições e os encargos serão os seguintes:

I - Destinação específica do imóvel para edificação de dois pavimentos, dentro dos padrões técnicos de acessibilidade e segurança exigidos em Lei.

II - Implantação e efetivo funcionamento no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data da aprovação desta Lei;

III - Cumprimento da legislação trabalhista, de segurança do trabalho e ambiental; e,

IV - Preferência pela contratação de operários e aquisição de matéria prima no mercado local, na construção dos pavimentos, respeitada a legislação pertinente.

§ 2º O descumprimento de qualquer das condições previstas nos incisos I e II e de qualquer dos encargos previstos nos incisos III e IV do § 1º do caput deste artigo, implicará revogação automática da doação do imóvel, independentemente de aviso, interpelação ou notificação do donatário, com a reversão do bem ao patrimônio do município.

§ 3º A critério do doador, após apresentadas e analisadas as justificativas do donatário, poderá ser flexibilizada a condição e o encargo de que trata o inciso II do § 1º deste artigo.

§ 4º Faz parte integrante da presente Lei, Ofício n. 005/2024, de 07/02/2024, recebido em 09/02/2024, bem como ainda, Planta do Imóvel Georreferenciado e Memorial Descritivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA/BA, em 01 de abril de 2024.


FRANCISCA ALVES RIBEIRO

Prefeita Municipal

Praça Dep. Henrique Brito, 344 – Centro – CEP. 46.445-000 – Carinhanha-BA
CNPJ: 14.105.209/0001-24 Site: www.carinhanha.ba.gov.br





Câmara Municipal de Carinhanha

ESTADO DA BAHIA

Of. nº.: 005/2024. Carinhanha – Bahia, 07 de fevereiro de 2024.

À
Exm^a. Sra.
FRANCISCA ALVES NOGUEIRA
Prefeita Municipal de Carinhanha

Recebido em 09.02.2024
[Assinatura]

NESTA

Exm^a. Sra. Prefeita,

Venho através do presente, solicitar a V. Ex^a., para fazer doação à Câmara Municipal de uma área de terras pertencente ao município de Carinhanha que fica no fundo do prédio da Câmara, sendo uma área de 226,05m², estendendo longitudinalmente 11m (onze metros) de comprimento e 20,55m (vinte e cinquenta e cinco metros) transversalmente (de largura, alinhando à edificação).

Tendo em vista que a área a ser doada será necessária para implantação de Projeto de Ampliação com dois pavimentos sendo:

Pavimento térreo: Estacionamento para veículos da Câmara Municipal com pista de tráfego para entrada/ saída e escada de acesso ao primeiro pavimento.

Primeiro Pavimento: Sala de Reunião, Salão de exposição (galeria) e Sanitário.

O perímetro de Interesse é a área permeável componente da fachada posterior da Edificação, conforme as imagens abaixo. Para composição e execução do projeto será necessário a ocupação de 226,05m², estendendo longitudinalmente 11m (onze metros) de comprimento e 20,55m (vinte e cinquenta e cinco metros) transversalmente (de largura, alinhando à edificação).

Sem mais para o momento, subscrevo – me,

Respeitosamente,

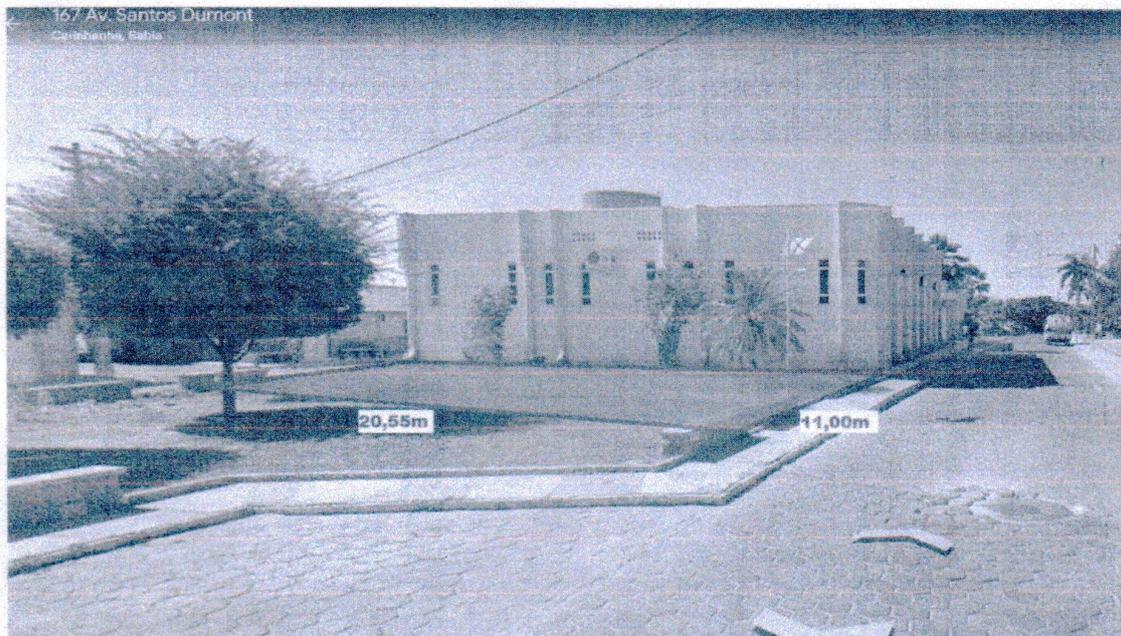
[Assinatura]
JOÃO CORDEIRO DO NASCIMENTO NETO
PRESIDENTE DA CÂMARA



Área necessária para implantação de Projeto de Ampliação com dois pavimentos sendo:
Pavimento térreo: Estacionamento para veículos da Câmara Municipal com pista de tráfego para entrada/ saída e escada de acesso ao primeiro pavimento.

Primeiro Pavimento: Sala de Reunião, Salão de exposição (galeria) e Sanitário.

O perímetro de Interesse é a área permeável componente da fachada posterior da Edificação, conforme as imagens abaixo. Para composição e execução do projeto será necessário a ocupação de 226,05m², estendendo longitudinalmente 11m (onze metros) de comprimento e 20,55m (vinte e cinquenta e cinco metros) transversalmente (de largura, alinhando à edificação).



Assinatura manuscrita em azul



MEMORIAL DESCRITIVO (UTM)

Imóvel Urbano

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA- BA

Município: CARINHANHA U.F: BA - BR

Comarca: CARINHANHA

Área (m²): 214,472

Perímetro (m): 61,13

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **-P-0001**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-45°W, de coordenadas **N 8.418.209,041m** e **E 632.787,523m**; deste segue confrontando com a propriedade de CÂMARA MUNICIPAL DE CARINHANHA- BA, com azimute de 119°38'15" por uma distância de 11,00m até o vértice **-P-0002**, de coordenadas **N 8.418.203,601m** e **E 632.797,084m**; deste segue confrontando com a propriedade de AVENIDA SANTOS DUMONT, com azimute de 215°40'50" por uma distância de 20,39m até o vértice **-P-0003**, de coordenadas **N 8.418.187,040m** e **E 632.785,192m**; deste segue confrontando com a propriedade de PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA- BA, com azimute de 308°14'54" por uma distância de 11,00m até o vértice **-P-0004**, de coordenadas **N 8.418.193,850m** e **E 632.776,554m**; deste segue confrontando com a propriedade de AVENIDA SANTOS DUMONT, com azimute 35°50'02" por uma distância de 18,74m até o vértice **-P-0001**, ponto inicial da descrição deste perímetro de 61,13 m.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central n.º 45 WGr**, tendo como Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

CARINHANHA, 27/02/2024

FRANCISCA ALVES Assinado de forma digital
por FRANCISCA ALVES
RIBEIRO:14858339 RIBEIRO:14858339572
572 Dados: 2024.02.28
11:58:50 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA- BA
CNPJ n.º: 14.105.209/0001-24

MARCIO AUGUSTO RODRIGUES Assinado de forma digital por MARCIO
AUGUSTO RODRIGUES
FERREIRA:02409823556 FERREIRA:02409823556
Dados: 2024.02.27 12:51:05 -03'00'

Responsável Técnico:
MARCIO AUGUSTO RODRIGUES FERREIRA
TÉCNICO EM AGRIMENSURA- CFT: 02409823556





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA
ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

LEI Nº.: 1.412/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

*“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CARINHANHA A INTEGRAR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - **CONSÓRCIO CIDADE LIMPA LIXO ZERO**”.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Município de Carinhanha, Estado da Bahia, a integrar o Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, denominado **CONSÓRCIO CIDADE LIMPA LIXO ZERO**.

Art. 2º Fica ratificado o Protocolo de Intenções para a constituição do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, denominado Consórcio Cidade Limpa Lixo Zero.

§ 1º Com o número de ratificações previsto no Protocolo de Intenções, ficará este convertido automaticamente em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos - Consórcio Cidade Limpa Lixo Zero.

§ 2º O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, Consórcio Cidade Limpa Lixo Zero é uma autarquia, do tipo associação pública (art. 41, IV, do Código Civil).

Art. 3º Fica ratificado o Anexo 1 do Protocolo de Intenções, com a criação dos empregos públicos nele previsto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA/BA, em 01 de abril de 2024.



FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal

Praça Dep. Henrique Brito, 344 – Centro – CEP. 46.445-000 – Carinhanha-BA
CNPJ: 14.105.209/0001-24 Site: www.carinhanha.ba.gov.br



PREÂMBULO

A destinação final do lixo urbano é uma das problemáticas mais desafiadoras da sociedade contemporânea. Estima-se que a comunidade global produza cerca de 1,4 bilhões de toneladas de lixo urbano por ano. Sua inadequada destinação final polui o solo, contamina os rios e lençóis freáticos, prolifera doenças e interfere diretamente na mobilidade urbana, sobretudo nos grandes centros, dentre outras adversidades, comprometendo a qualidade de vida e a própria sobrevivência das espécies.

A coleta, tratamento e adequada destinação final dos resíduos sólidos urbanos é, portanto, serviço público de caráter essencial.

É nesse contexto que surge o Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, denominado **CONSÓRCIO CIDADE LIMPA LIXO ZERO**. Superando obstáculos que cada Município consorciado, sozinho, dificilmente conseguiria transpor, o consórcio faz valer a máxima de que a “união faz a força”. A conjugação de esforços visa, inicialmente, a construção de uma Usina de tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos Municípios consorciados, dando-lhe uma destinação ambientalmente adequada e economicamente produtiva.

Entretanto, suas aspirações vão muito além, objetivando, também, a geração de emprego e renda, o estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, e a mútua colaboração institucional como instrumentos para a promoção do desenvolvimento regional sustentável, expressão entendida como a promoção do bem-estar da população de forma ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente produtiva.



PROTOCOLO DE INTENÇÕES

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS CAPÍTULO I DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA 1ª - São subscritores deste Protocolo de Intenções:

I – O MUNICÍPIO DE CARINHANHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.105.209/0001-24, com sede na Praça Deputado Henrique Brito, nº 344, centro, neste ato representado por sua Prefeita Municipal;

II – O MUNICÍPIO DE FEIRA DA MATA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.416.125/0001-37, com sede na Praça Prefeito Elias Pereira de Souza Filho, nº 300, centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

III – O MUNICÍPIO DE IUIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.416.158/0001-87, com sede na Praça Abílio Pereira, nº 237, centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

IV – O MUNICÍPIO DE MALHADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.105.217/0001-70, com sede na Avenida Governador Nilo Coelho, nº 158, centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

Parágrafo único - O ente da Federação não mencionado no *caput* somente poderá integrar o Consórcio por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA 2ª - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação mediante leis aprovadas por, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos Municípios que o tenham subscrito converter-se-á automaticamente em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, denominado **CONSÓRCIO CIDADE LIMPA LIXO ZERO**.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º - Será automaticamente admitido como consorciado o ente da Federação que efetuar a ratificação em até 2 (dois) anos da data da primeira subscrição deste instrumento.

§ 3º - A ratificação realizada após 2 (dois) anos da data da primeira subscrição somente será válida após homologação da Assembléia Geral.

§ 4º - A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão caberá, soberanamente, ao respectivo Poder Legislativo.



§ 5º - Somente poderá ratificar este instrumento o ente da Federação que, antes, o tenha subscrito.

§ 6º - A alteração do Contrato de Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, cuja eficácia dependerá de ratificação, mediante lei, por parte de todos os consorciados.

CAPÍTULO II DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA 3º - O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, denominado **CONSÓRCIO CIDADE LIMPA LIXO ZERO** é uma autarquia, do tipo associação pública (art. 41, IV, do Código Civil).

PARÁGRAFO ÚNICO - O Consórcio adquirirá personalidade jurídica com a conversão do presente Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público (Cláusula 2ª, *caput*).

CLÁUSULA 4ª - O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 5ª - A sede do Consórcio é o Município de Carinhanha, Estado da Bahia.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembleia Geral poderá alterar a sede mediante decisão adotada com o mesmo *quorum* exigido para a aprovação de alteração dos estatutos, podendo manter escritórios em outros Municípios.

CLAUSULA 6ª - A área de atuação do Consórcio corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o integram.

CAPÍTULO III DAS FINALIDADES

CLAUSULA 7º - O objetivo do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, denominado **CONSÓRCIO CIDADE LIMPA LIXO ZERO** é promover a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos na sua área de atuação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para fins do *caput* entende-se por gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

CLÁUSULA 8ª - O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos, denominado **CONSÓRCIO CIDADE LIMPA LIXO ZERO** tem por finalidades:

I - a elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos;



II - implantação de coleta seletiva, de sistemas de logística reversa e de outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

III - promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

IV - implantação de uma Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos;

V - implantação de ações de monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII - a aquisição de bens ou a execução de obras para o uso compartilhado ou individual dos consorciados, bem como a administração desses bens ou outros cuja gestão venha a ser entregue ao Consórcio;

CLÁUSULA 9ª - Para viabilizar as finalidades mencionadas na Cláusula 8ª, o Consórcio poderá:

I - realizar estudos técnicos e pesquisas, elaborar e monitorar planos, projetos e programas, inclusive para obtenção de recursos estaduais ou federais;

II - prestar serviços por meio de contrato de programa que celebrar com os titulares interessados;

III - regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos, diretamente ou mediante convênio com entidade municipal, estadual ou federal;

IV - executar, manter ou viabilizar a execução de obras, inclusive mediante licitação e celebração de contratos administrativos, em especial os de concessão ou permissão;

V - adquirir ou administrar bens;

VI - promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

VII - assessorar e prestar assistência técnica, administrativa, contábil e jurídica aos Municípios consorciados;

VIII - capacitar cidadãos e lideranças dos Municípios consorciados, servidores do Consórcio ou dos entes da Federação consorciados;

IX - promover campanhas educativas e mobilizar a sociedade civil para a gestão participativa;

X - formular, implantar, operar e manter sistemas de informações articulados com os sistemas estadual e nacional correspondentes;

XI - elaborar e publicar revistas ou outros periódicos, cartilhas, manuais e quaisquer materiais técnicos ou informativos, impressos ou em meio eletrônico, bem como promover a divulgação e suporte das ações do Consórcio por qualquer espécie de mídia;

XII - exercer o poder de polícia administrativa;



XIII - rever e reajustar taxas e tarifas de serviços públicos, bem como elaborar estudos e planilhas referentes aos custos dos serviços e sua recuperação;

XIV - emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e de outros preços públicos, inclusive mediante convênio com entidades privadas ou públicas;

XV - prestar apoio financeiro e operacional para o funcionamento de fundos e conselhos;

XVI - representar os titulares, ou parte deles, em contrato de concessão celebrado após licitação, ou em contrato de programa que possua por objeto a prestação de serviços públicos;

XVII - licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação de serviços públicos concernentes às finalidades do consórcio;

XVIII - exercer outras competências necessárias à fiel execução de suas finalidades e que sejam compatíveis com o seu regime jurídico.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 10^a - Os consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos afetos à execução das finalidades previstas na cláusula 8^a, inclusive no que se refere ao seu planejamento, regulação, fiscalização e prestação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A eficácia da autorização mencionada no *caput* dependerá de decisão da Assembléia Geral que discipline os seus termos.

CLÁUSULA 11^a - Além da observância das normas previstas neste protocolo, o planejamento, regulação, fiscalização, contratação e prestação dos serviços em regime de gestão associada observarão a legislação dos entes associados, bem como as demais a serem estabelecidas em Assembleia Geral.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 12^a - O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os estatutos poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.



CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA 13ª - São órgãos do Consórcio:

- I – Assembléia Geral;
- II – Presidência;
- III – Secretaria Executiva;
- IV – Conselho Consultivo.

Parágrafo único - Os estatutos poderão dispor sobre a criação e o funcionamento de outros órgãos tais como Conselho de Administração, Câmaras Temáticas, Ouvidoria, Câmara de Regulação e de outros órgãos internos da organização do Consórcio.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I Do funcionamento

CLÁUSULA 14ª - A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio é órgão colegiado composto pelos representantes de todos os entes da Federação consorciados.

§ 1º - Os Vice-Prefeitos de consorciado poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz.

§ 2º - No caso de ausência do Prefeito de consorciado, o Vice-Prefeito respectivo, assumirá a representação do ente da Federação na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, salvo se o Prefeito enviar representante especialmente designado, o qual assumirá os direitos de voz e voto.

§ 3º - Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembleia Geral, e nenhum servidor de ente consorciado poderá representar outro ente consorciado, salvo as exceções previstas nos estatutos.

§ 4º - Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.

CLÁUSULA 15ª - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente ao menos 3 (três) vezes por ano, na forma fixada nos estatutos, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A forma de convocação das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos estatutos.

CLÁUSULA 16ª - Na Assembleia Geral, cada um dos Municípios consorciados terá direito a 01(um) voto.

§ 2º - O voto será público, nominal e aberto.



§ 3º - O Presidente do Consórcio, além de votar como representante do Município que representa, terá direito ao voto de desempate.

CLÁUSULA 17ª - A Assembleia Geral instalar-se-á com a presença de pelo menos metade dos entes consorciados.

CLAUSULA 18ª - A Assembleia Geral somente poderá deliberar com a presença de mais da metade dos entes consorciados, exceto sobre as matérias que exijam *quorum* superior nos termos deste instrumento ou dos estatutos.

CLAUSULA 19ª - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas, salvo as exceções previstas neste instrumento e nos estatutos, mediante maioria de, pelo menos, metade mais um dos votos dos presentes.

Seção II Das competências

CLÁUSULA 20ª - Compete à Assembleia Geral:

I - homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 2 (dois) anos de sua subscrição;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio, bem como desligar temporariamente consorciado;

III - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente do Consórcio ou membro do Conselho de Administração;

V - aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou a oneração daqueles que, nos termos de contrato de programa, tenham sido outorgados os direitos de exploração ao Consórcio;

VI – homologar, atendidos os requisitos previstos nos estatutos:

a) os planos relativos à gestão do território, na área de resíduos sólidos;



- b) os regulamentos dos serviços públicos;
- c) as minutas de contratos de programa nas quais o Consórcio comparece como contratante ou como prestador de serviço público;
- d) a minuta de edital de licitação e de contrato para concessão de serviço ou obra pública;
- e) o reajuste e a revisão das tarifas e preços públicos;
- f) o reajuste dos valores da taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos urbanos, nos termos das leis municipais;

VII - monitorar e avaliar a execução dos planos dos serviços públicos;

VIII - aceitar a cessão de servidores por ente federativo, consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX - apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

X - homologar a indicação do Secretário Executivo.

§ 1º - A Assembleia Geral, presentes pelo menos a maioria absoluta dos consorciados, poderá aceitar a cessão de servidores ao Consórcio. No caso de cessão com ônus para o Consórcio exigir-se-á, para a aprovação, pelo menos 3/4 (três quartos) dos votos dos consorciados presentes.

§ 2º - Os estatutos preverão as matérias que a Assembléia Geral poderá deliberar somente quando decorrido o prazo para manifestação do Conselho Consultivo.

§ 3º - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

Seção III

Da eleição e da destituição do Presidente

CLÁUSULA 21ª - O Presidente será eleito em Assembléia Geral para mandato de 02 (dois) anos, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos. Somente são admitidos como candidatos Chefes do Poder Executivo de consorciado, permitida uma recondução.

§ 1º - O Presidente será eleito mediante voto secreto, salvo quando a eleição se der por aclamação.

Página 8 de 21



§ 2º - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos a maioria absoluta dos votos, só podendo ocorrer a eleição com a presença de ao menos 3/4 (três quartos) dos consorciados.

§ 3º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado a maioria absoluta dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, tendo como concorrentes os dois mais votados no primeiro turno. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples um dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos.

§ 4º - Não concluída a eleição, será convocada nova Assembleia Geral com essa mesma finalidade, a se realizar entre 10 (dez) e 20 (vinte) dias, prorrogando-se *pro tempore* o mandato daquele que estiver no exercício das funções da Presidência.

§ 5º - O biênio do mandato do Presidente coincidirá sempre com os primeiros e segundos anos ou os terceiros e quartos anos dos mandatos de prefeito.

CLÁUSULA 22ª - Em qualquer Assembleia Geral poderá ser votada a destituição do Presidente do Consórcio ou de quaisquer dos membros de órgãos que venham a ser constituídos, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 1/5 (um quinto) dos consorciados, desde que presentes pelo menos 3/4 (três quartos) dos entes consorciados. A moção de censura não será motivada, ocorrendo por mera perda de confiança.

§ 1º - Em todas as convocações de Assembleia Geral deverão constar como item de pauta: "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º - Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por 15 (quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao membro do Conselho de Administração que se pretenda destituir.

§ 4º - Será considerada aprovada a moção de censura por metade mais 1 (um) dos votos dos presentes à Assembleia Geral, em votação nominal e pública.

§ 5º - Caso aprovada moção de censura, haverá imediata e automática destituição, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição, será designado Presidente *pro tempore* por metade mais 1 (um) dos votos presentes. O Presidente *pro tempore* exercerá as suas funções até a próxima Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias.

§ 7º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma assembleia e nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes.



Seção V Das atas

CLÁUSULA 23ª - Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III - a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais 1 (um) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 2º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 24ª - A íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias, afixada na sede do Consórcio e publicada no sítio que o Consórcio mantiver na internet por pelo menos dois anos.

Parágrafo único - Cópia autenticada da ata será fornecida:

I - mediante o pagamento das despesas de reprodução, para qualquer do povo, independentemente da demonstração de seu interesse;

II - de forma gratuita, no caso de solicitação de qualquer órgão ou entidade, inclusive conselho, que integre a Administração de consorciado.

CAPÍTULO IV DA PRESIDÊNCIA

CLÁUSULA 25ª - Sem prejuízo do que prever os Estatutos do Consórcio, incumbe ao Presidente:

I - ser o representante legal do Consórcio;

II - como ordenador das despesas do Consórcio, responsabilizar-se pela sua prestação de contas;



III - indicar, para apreciação da Assembléia Geral, nome para ocupar o emprego público de Secretário Executivo;

IV - nomear e exonerar o Secretário Executivo;

V - exercer as competências não atribuídas a outro órgão por este instrumento ou pelos estatutos.

§ 1º Com exceção das competências previstas nos incisos I, III e IV, todas as demais poderão ser delegadas ao Secretário Executivo.

§ 2º Os estatutos disciplinarão sobre o exercício:

I - interino das funções da Presidência, inclusive para evitar inelegibilidade;

II - em substituição ou em sucessão nos casos em que o Presidente não mais exercer a Chefia do Poder Executivo de consorciado.

CAPÍTULO V DA SECRETARIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 26ª - Fica criado o emprego público em comissão de Secretário Executivo, com vencimentos constantes da tabela do Anexo 1.

§ 1º - O emprego público em comissão de Secretário Executivo será provido mediante indicação do Presidente do Consórcio, homologado pela Assembléia Geral, entre pessoas que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - inquestionável idoneidade moral;

II - formação de nível superior.

§ 2º - Caso seja servidor do Consórcio ou de ente consorciado, o Secretário Executivo será automaticamente licenciado de suas funções originais.

§ 3º - O ocupante do emprego público de Secretário Executivo estará sob regime de dedicação exclusiva, somente podendo exercer outra atividade remunerada nas hipóteses previstas nos estatutos.

§ 4º - O Secretário Executivo poderá ser exonerado *ad nutum* por ato do Presidente.

CLÁUSULA 27ª - Além das competências previstas nos estatutos, compete ao Secretário Executivo:

I - quando convocado, comparecer às reuniões de órgãos colegiados do Consórcio;

II - secretariar as reuniões da Assembleia Geral do Consórcio;

III - movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente ou com outra pessoa designada pelos estatutos, bem como elaborar os boletins diários de caixa e de bancos;



IV – submeter ao presidente, e a outros órgãos designados pelos estatutos, as propostas de plano plurianual e de orçamento anual do Consórcio;

V – praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa;

VI – exercer a gestão patrimonial;

VII – zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

VIII – praticar atos relativos à área de recursos humanos e administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pela observância dos preceitos da legislação trabalhista e previdenciária;

IX – fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;

X – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, neste instrumento ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

§ 1º - Além das atribuições previstas no *caput*, o Secretário Executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente do Consórcio.

§ 2º - A delegação prevista no § 1º dependerá de ato escrito e publicado no sítio que o Consórcio mantiver na internet, devendo tal publicação ocorrer entre a sua data de início de vigência e até 1 (um) ano após a data de término da delegação.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO CONSULTIVO

CLÁUSULA 28ª - O Conselho Consultivo é órgão permanente, de natureza colegiada, com as atribuições de opinar sobre as matérias constantes do inciso VII da Cláusula 20ª.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os estatutos poderão prever outras atribuições ao Conselho Consultivo.

CLÁUSULA 29ª - Os estatutos disporão sobre a composição do Conselho Consultivo, bem como a forma da escolha de seus integrantes, assegurada a participação exclusiva de representantes da sociedade civil, a qual deverá contemplar, pelo menos, os seguintes segmentos sociais:

I – movimentos sociais, populares e de moradores, inclusive de vilas e povoados;

II – trabalhadores, por suas entidades sindicais;



- III – empresários, por suas entidades classistas;
- IV – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;
- V – organizações não governamentais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos termos dos estatutos, a participação nas reuniões do Conselho Consultivo poderá ser remunerada

TÍTULO III DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I Disposições gerais

CLÁUSULA 30^a - Somente serão remunerados pelo Consórcio, para nele exercer funções, os contratados para ocupar algum dos empregos públicos previstos no Anexo 1 deste instrumento.

§ 1º - Nos termos dos estatutos, os empregados públicos do Consórcio ou servidores a ele cedidos, excetuado o Secretário Executivo, no exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento superior poderão ser gratificados até a razão de 30% (trinta por cento) de sua remuneração total, proibindo-se o cômputo da gratificação para o cálculo de quaisquer parcelas remuneratórias, salvo férias e décimo-terceiro salário.

§ 2º - A atividade da Presidência e a de membro do Conselho de Administração ou outro órgão que venha a ser instituído, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

Seção II Dos empregos públicos

CLÁUSULA 31^a - Os servidores do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 1º - Regulamento específico deliberará sobre a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

§ 2º - Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive aos consorciados, salvo no caso de exercício de função eletiva.



CLÁUSULA 32ª - O quadro próprio de pessoal do Consórcio será de até 11 (onze) empregados, mediante provimento dos empregos públicos constantes do Anexo 1 deste instrumento.

§ 1º - Com exceção do cargo de Secretário Executivo e de técnico de nível superior, os quais são de provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º - A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo 1 deste instrumento, até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio, sendo que poderá se conceder revisão anual.

CLÁUSULA 33ª - Os editais de concurso público deverão ser:

I - subscritos pelo Presidente;

II – atender os critérios previstos nos estatutos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sob pena de nulidade, os editais de concurso público deverão ter sua íntegra divulgada por meio do sítio que o Consórcio manter na internet, bem como no Diário Oficial dos Municípios consorciados.

Seção III

Das contratações temporárias

CLÁUSULA 34ª - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

CLÁUSULA 35ª - As contratações temporárias terão prazo de até 02 (dois) anos.

§ 1º O prazo de contratação poderá ser prorrogado até atingir o prazo máximo de 04 (quatro) anos, contados a partir da contratação inicial.

§ 2º Não se admitirá prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a prover o emprego público.

CAPÍTULO II DOS CONTRATOS

Seção I

Do procedimento de contratação

Página 14 de 21



CLÁUSULA 36^a - Para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO - A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pelo Secretário Executivo mediante decisão publicada.

CLÁUSULA 37^a - Os estatutos disciplinarão as contratações diretas fundamentadas nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Seção II Dos contratos

CLÁUSULA 38^a - Todos os contratos de valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) terão a sua íntegra publicada no sítio do Consórcio na internet por pelo menos dois anos.

CLÁUSULA 39^a - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todos os pagamentos superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) serão publicados no sítio do Consórcio na internet por pelo menos dois anos e, no caso de obras, da publicação constará o laudo de medição e o nome do responsável por sua conferência.

CAPÍTULO III DA DELEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 40^a - Ao Consórcio somente é permitido comparecer a:

I - contrato de programa para:

a) na condição de contratado, prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, tendo como contratante ente da Federação consorciado;

b) na condição de contratante, delegar a prestação de serviços públicos pertinentes, ou de atividades deles integrantes, a órgão ou entidade de ente consorciado;

II - contrato de concessão, após prévia licitação, para delegar a prestação de serviços públicos a ele entregue sob regime de gestão associada, ou de atividade deles integrante.



PARÁGRAFO ÚNICO - Os estatutos disporão sobre os contratos mencionados no *caput*, podendo prever outros requisitos e condições a serem observados em sua contratação e execução.

TÍTULO IV
DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 41ª - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na internet.

CLÁUSULA 42ª - A administração direta ou indireta de ente da Federação consorciado somente entregará recursos ao Consórcio quando houver:

I – contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II – contrato de rateio.

CLÁUSULA 43ª - Os entes consorciados respondem somente de forma subsidiária pelas obrigações do Consórcio.

CLÁUSULA 44ª - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

CAPÍTULO II
DA CONTABILIDADE

CLÁUSULA 45ª - No que se refere aos serviços prestados em regime de gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

PARÁGRAFO ÚNICO - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I – o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;



II – a situação patrimonial, especialmente a parcela de valor dos bens vinculados aos serviços que tenha sido amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

CAPÍTULO III DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA 46ª - Com o objetivo de receber recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, exceto com entes consorciados ou com entidades a eles vinculadas.

CLÁUSULA 47ª - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

TÍTULO V DA SAÍDA DO CONSORCIADO CAPÍTULO I DO DESSENSO

CLÁUSULA 48ª - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

§ 1º O dissenso não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

§ 2º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de previsão contratual ou de decisão da Assembléia Geral.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA 49ª - São hipóteses de exclusão de consorciado:

I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – o não cumprimento por parte de ente da Federação consorciado de condição necessária para que o Consórcio receba recursos onerosos ou transferência voluntária;



III – a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

IV – a existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral.

§ 1º A exclusão prevista nos incisos I e II do *caput* somente ocorrerá após prévia suspensão, o período em que o consorciado poderá se reabilitar e não será considerado ente consorciado.

§ 2º Os estatutos poderão prever prazo de suspensão e outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA 50ª - Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de 3/4 (três quartos) dos votos.

§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 3º Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO III DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA 51ª - A extinção do contrato de Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificado mediante lei por todos os consorciados.

§ 1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os consorciados responderão, solidariamente, pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem e os empregados públicos do Consórcio terão seus contratos de trabalho automaticamente rescindidos.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 52ª - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005 e, no que tal diploma for omissivo, pela legislação que rege as associações civis.

CLÁUSULA 53ª - A interpretação do disposto neste Contrato deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo, bem como, aos seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo sendo vedado que lhe sejam oferecidos incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA 54ª - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste contrato.

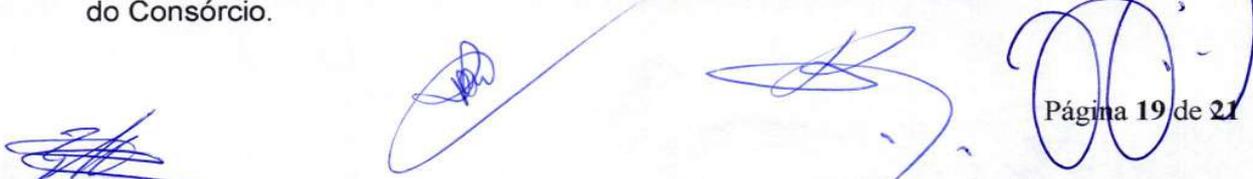
CLÁUSULA 55ª - Mediante aplicação de índices oficiais, poderão ser corrigidos monetariamente os valores previstos neste instrumento, na forma que dispuser os estatutos.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Seção IV

Da elaboração dos Estatutos

CLÁUSULA 56ª - Atendido o disposto no *caput* da Cláusula 2ª, por meio de edital subscrito por, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos Municípios consorciados, será convocada a Assembleia Geral para a elaboração dos Estatutos do Consórcio.



§ 1º A Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto do projeto de estatutos que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

§ 2º - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º - Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º - Os estatutos preverão as formalidades e *quorum* para a alteração de seus dispositivos.

§ 5º - Os Estatutos do Consórcio entrarão em vigor após publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA 57ª - O primeiro Presidente terá mandato até o término da legislatura em que realizada a primeira eleição.

CAPÍTULO III DO FORO

CLÁUSULA 58ª - Para dirimir eventuais controvérsias deste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Carinhanha-Ba.

Carinhanha/Ba, 26 de março de 2024.


Francisca Alves Ribeiro
Prefeita Municipal de Carinhanha/Ba


Gimmy Everton Mouraria Ramos
Prefeito Municipal de Malhada/Ba


Valmir Macedo Rodrigues
Prefeito Municipal de Feira da Mata/Ba


Reinaldo Barbosa de Góes
Prefeito Municipal de Iuiú/Ba

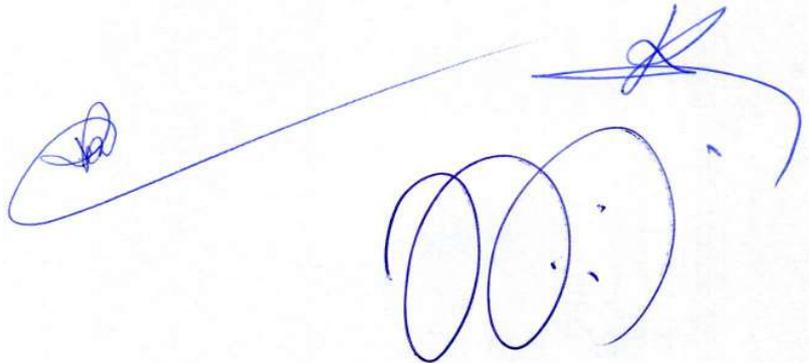


ANEXO 1 – DOS EMPREGOS PÚBLICOS

Nº de vagas	Cargos	Jornada de trabalho*	Requisito mínimo de provimento**	Salário Máximo
3	Técnico de Nível Superior	40	Nível superior	R\$ 4.500,00
7	Técnico de Nível Médio	40	Nível médio	R\$ 3.000,00
1	Secretário Executivo	40	Nível superior	R\$ 7.000,00

* os estatutos ou regulamento de pessoal poderá definir jornadas diferenciadas, inclusive em turnos, guardada a proporcionalidade entre a jornada e a remuneração máxima.

** outros podem ser definidos nos estatutos, no regulamento de pessoal ou no edital de concurso público.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

LEI N.º.: 1.413/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

Fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Carinhanha-Bahia e dá outras Providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Os Vereadores do Município de Carinhanha-Bahia, perceberão subsídios mensais nos termos desta Lei, para vigor na Legislatura que se inicia em 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028.

Art. 2.º. Os Vereadores do município de Carinhanha-Bahia perceberão um subsídio mensal em parcela única de até **R\$ 9.371,45 (Nove mil e trezentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos).**

§1.º. Os Subsídios fixados por esta Lei serão atualizados com base no mesmo índice de reajuste concedido ao funcionalismo público municipal, respeitando com limite a correção inflacionária dos meses anteriores à concessão da respectiva reposição, apurada segundo indicador oficial adotado para efeito da proteção assegurada no art. 37, inciso X, da Constituição Federal do Brasil.

§2.º. A soma dos subsídios dos Vereadores não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) da Receita Tributária e das Transferências Constitucionais do município de Carinhanha-Bahia.

§3.º. Caso a soma dos subsídios dos Vereadores seja superior ao limite Constitucional elencado no caput deste artigo, deverão ser reduzido proporcionalmente até o limite estabelecido.

Art. 3.º. Será deduzido o valor equivalente a $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos subsídios dos Vereadores que deixarem de comparecer a cada Sessão Ordinária sem motivo justificado, através de justificativas adequadas.

Art. 4.º. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento), relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5.º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior.

Praça Dep. Henrique Brito, 344 – Centro – CEP. 46.445-000 – Carinhanha-BA
CNPJ: 14.105.209/0001-24 Site: www.carinhanha.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

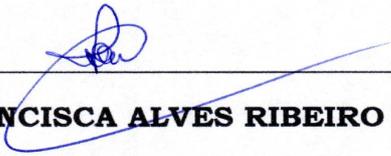
§1º. A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

§ 2º. Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA/BA, em 01 de abril de 2024.



FRANCISCA ALVES RIBEIRO

Prefeita Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

LEI N.º.: 1.414/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Carinhanha-Bahia e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais do Município de Carinhanha-Bahia, perceberão subsídios mensais nos termos desta Lei, para vigor na Legislatura que se inicia em 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028.

Art. 2º. O Prefeito Municipal de Carinhanha-Bahia perceberá um subsídio mensal em parcela única correspondente ao valor de **R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).**

Art. 3º. O Vice-Prefeito perceberá um subsídio mensal em parcela única correspondente ao valor de **R\$ 11.250,00 (onze mil e duzentos e cinquenta reais).**

Art. 4º. Os Secretários Municipais perceberão um subsídio mensal em parcela única correspondente ao valor de **R\$ 9.371,45 (Nove mil e trezentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos).**

Art. 5º. No caso de licenciamento por doença devidamente comprovada por atestado médico, o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais perceberão seus subsídios integrais.

Art. 6º. Em caso de viagens a serviço e em representação do município de Carinhanha/BA, para outro Município, o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais perceberão as diárias fixadas por meio de Lei específica.

Art. 7º. Os Subsídios fixados por esta Lei serão atualizados com base no mesmo índice de reajuste concedido ao funcionalismo público municipal, respeitando com limite a correção inflacionária dos meses anteriores a concessão da respectiva reposição, apurada segundo

Praça Dep. Henrique Brito, 344 – Centro – CEP. 46.445-000 – Carinhanha-BA
CNPJ: 14.105.209/0001-24 Site: www.carinhanha.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

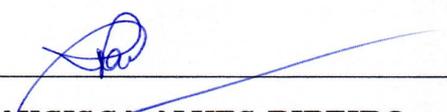
ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

indicador oficial adotado para efeito da proteção assegurada no art. 37, inciso X, da Constituição Federal do Brasil.

Art. 8º. As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA/BA, em 01 de abril de 2024.



FRANCISCA ALVES RIBEIRO

Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA

PRACA HENRIQUE BRITO - CENTRO

CNPJ: 14.105.209/0001-24 - CEP: 46.445-000 - CARINHANHA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR**DECRETO Nº 4 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2024**

Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R\$ 10.209.638,46 (Dez milhões e duzentos e nove mil e seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos), para fins que se especifica e da outras providências.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CARINHANHA, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 1403 de 18 de dezembro de 2023, edita o seguinte Decreto:

Art 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R\$10.209.638,46 (Dez milhões e duzentos e nove mil e seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos) a saber:

Dotações Suplementares**0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****2.017 - MANUTENÇÃO DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO**

3.3.90.14.00 / 15000000 - Diarias - Civil	13.000,00
Total por Ação:	13.000,00
Total por Unidade Orçamentária:	13.000,00

0601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**1.091 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES**

4.4.90.51.00 / 15710000 - Obras e Instalacoes	150.000,00
Total por Ação:	150.000,00

2.097 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.33.00 / 15400000 - Passagens e Despesas com Locomocao	180.000,00
3.3.90.33.00 / 15710000 - Passagens e Despesas com Locomocao	30.000,00
Total por Ação:	210.000,00

2.098 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.3.90.36.00 / 15001001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	35.000,00
Total por Ação:	35.000,00

2.250 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - QSE

3.3.90.33.00 / 15500000 - Passagens e Despesas com Locomocao	200.000,00
Total por Ação:	200.000,00

2.325 - AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA EDUCAÇÃO - FUNDEF/PRECATÓRIOS

3.1.90.94.00 / 15440000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	7.500.000,00
Total por Ação:	7.500.000,00
Total por Unidade Orçamentária:	8.095.000,00

0701 - SECRET.MUNC.CULTURA, ESPORTES E LAZER**2.117 - COMEMORAÇÃO DE FESTIVIDADES**

3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	85.000,00
--	-----------



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA

PRACA HENRIQUE BRITO - CENTRO

CNPJ: 14.105.209/0001-24 - CEP: 46.445-000 - CARINHANHA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

	Total por Ação:	85.000,00
	Total por Unidade Orçamentária:	85.000,00
0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.072 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA		
4.4.90.93.00 / 16310000 - Indenizações e Restituições		51.000,00
	Total por Ação:	51.000,00
1.073 - CONSTR. AMPLIAÇÃO E EQUIP. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
4.4.90.51.00 / 15001002 - Obras e Instalações		600.000,00
	Total por Ação:	600.000,00
	Total por Unidade Orçamentária:	651.000,00
1001 - FUNDO.MUNIC.DIREITOS DA CIDADANIA E PROT.SOCIAL		
2.087 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO IGD-M		
3.3.90.39.00 / 16600000 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica		1.000,00
	Total por Ação:	1.000,00
2.286 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS (SERVIÇOS PAIF / SCFV)		
3.3.90.14.00 / 16600000 - Diárias - Civil		3.000,00
	Total por Ação:	3.000,00
	Total por Unidade Orçamentária:	4.000,00
1101 - SECRET.MUNC.OBRAS, TRANSPORTES E SERV.URBANOS		
2.123 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO		
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		65.000,00
3.3.90.93.00 / 15000000 - Indenizações e Restituições		200.000,00
4.4.90.51.00 / 15000000 - Obras e Instalações		778.557,46
	Total por Ação:	1.043.557,46
	Total por Unidade Orçamentária:	1.043.557,46
1201 - SECRET. MUN. DESENVOLV. ECONOMICO E MEIO AMBIENTE		
2.161 - MANUTENÇÃO DA SECRET. DE DESENVOLV.ECONÔMICO E SUSTENTAVEL		
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		31.000,00
	Total por Ação:	31.000,00
	Total por Unidade Orçamentária:	31.000,00
1601 - SECRET.MUN. DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL		
2.318 - GESTÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA		
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		54.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica		233.081,00
	Total por Ação:	287.081,00
	Total por Unidade Orçamentária:	287.081,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA

PRACA HENRIQUE BRITO - CENTRO

CNPJ: 14.105.209/0001-24 - CEP: 46.445-000 - CARINHANHA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

Total Suplementado: 10.209.638,46

Art 2º. - A propósito cabe-me informar que para atender a suplementação acima, serão anuladas parcialmente e/ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelece a Lei nº 4.320.

Dotações Anuladas**0601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****1.258 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR**

4.4.90.52.00 / 15700000 - Equipamentos e Material Permanente 30.000,00
Total por Ação: 30.000,00

2.093 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 70%

3.1.90.11.00 / 15400000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 180.000,00
Total por Ação: 180.000,00

2.095 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB - 70%

3.1.90.11.00 / 15401070 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 7.500.000,00
Total por Ação: 7.500.000,00

2.098 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.1.90.13.00 / 15001001 - Obrigacoes Patronais 35.000,00
Total por Ação: 35.000,00

2.250 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - QSE

4.4.90.51.00 / 15500000 - Obras e Instalacoes 200.000,00
Total por Ação: 200.000,00

Total por Unidade Orçamentária: 7.945.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**1.073 - CONSTR. AMPLIAÇÃO E EQUIP. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA**

4.4.90.52.00 / 16310000 - Equipamentos e Material Permanente 51.000,00
Total por Ação: 51.000,00

2.323 - GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIO DE SAÚDE

3.3.71.70.00 / 15001002 - Rateio pela Participacao em Consórcio Público 150.000,00
Total por Ação: 150.000,00

Total por Unidade Orçamentária: 201.000,00

1001 - FUNDO.MUNIC.DIREITOS DA CIDADANIA E PROT.SOCIAL**2.087 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO IGD-M**

3.3.90.48.00 / 16600000 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Fisicas 4.000,00
Total por Ação: 4.000,00

Total por Unidade Orçamentária: 4.000,00

1101 - SECRET.MUNC.OBRAS, TRANSPORTES E SERV.URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA

PRACA HENRIQUE BRITO - CENTRO

CNPJ: 14.105.209/0001-24 - CEP: 46.445-000 - CARINHANHA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR**1.121 - PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS**

4.4.90.51.00 / 15000000 - Obras e Instalacoes

750.893,40

Total por Ação: 750.893,40**1.193 - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PONTES E PONTILHÕES**

4.4.90.51.00 / 15000000 - Obras e Instalacoes

144.000,00

Total por Ação: 144.000,00**2.123 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO**

3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica

724.991,42

4.4.90.51.00 / 17210000 - Obras e Instalacoes

234.251,24

Total por Ação: 959.242,66**2.188 - MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo

205.502,40

Total por Ação: 205.502,40**Total por Unidade Orçamentária: 2.059.638,46****Total Anulado: 10.209.638,46**

Art. 3º - Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a expedir instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de quinta-feira, 1 de fevereiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CARINHANHA, Estado da Bahia, em 01 de fevereiro de 2024.

GONCALO MOREIRA FARIAS

Tesoureiro

CPF: 541.496.307-04

FRANCISCA ALVES RIBEIRO

Prefeita Municipal

CPF: 148.583.395-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA

PRACA HENRIQUE BRITO - CENTRO

CNPJ: 14.105.209/0001-24 - CEP: 46.445-000 - CARINHANHA - BA

DECRETO DE ALTERAÇÃO DE QDD

DECRETO Nº 5 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2024

ESTABELECE normas para alteração dos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, e dá outras providências.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CARINHANHA, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado no artigo da lei de nº 1403 de 18 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias.

Decreta:

Art 1º. - Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD do Poder Executivo, aprovado pelo Decreto Nº 134/2023 de 26 de dezembro de 2023, correspondente à Programação das Despesas dos Órgãos diretamente subordinados ao Prefeito(a).

8001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
1.073 - CONSTR. AMPLIAÇÃO E EQUIP. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
4.4.90.51.00 / 15001002 - Obras e Instalações	1.000,00	0,00
4.4.90.52.00 / 15001002 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	1.000,00
Total por Ação:	1.000,00	1.000,00
Total por Unidade Orçamentária:	1.000,00	1.000,00
Total Geral:	1.000,00	1.000,00

Art. 2º - A execução orçamentária obedecerá ao Quadro de Detalhamento de Despesa QDD, a estrutura de Custos de Projetos e Atividades, segundo a Natureza da Despesa, estabelecida para cada Unidade Orçamentária em consonância com os Programas de Trabalho, fixados na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor a partir de quinta-feira, 1 de fevereiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CARINHANHA, Estado da Bahia, em 01 de fevereiro de 2024.

GONCALO MOREIRA FARIAS
Tesoureiro
CPF: 541.496.307-04

FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal
CPF: 148.583.395-72



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA

PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO

CNPJ: 14.105.209/0001-24

DECRETO Nº 45/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Nomeia Servidora para exercer Função Gratificada - FG-2B e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora **REJANE DA SILVA SANTOS**, para exercer Função Gratificada - FG-2B, na Secretaria Municipal dos Direitos da Cidadania e Proteção Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2024.

FRANCISCA ALVES
RIBEIRO:14858339
572

Assinado de forma digital
por FRANCISCA ALVES
RIBEIRO:14858339572
Dados: 2024.04.02
16:24:25 -03'00'

FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA
ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

DECRETO Nº 46/2024 DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Nomeia servidor para exercer função gratificada FG-2A e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o servidor efetivo, **JOAQUIM SARAIVA DE SENA**, para exercer função gratificada – FG-2A, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2024.

FRANCISCA ALVES RIBEIRO:14858339572
572

Assinado de forma digital
por FRANCISCA ALVES
RIBEIRO:14858339572
Dados: 2024.04.02
16:27:01 -03'00'

FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA
ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

DECRETO Nº 47/2024 DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Nomeia servidora para exercer função gratificada FG-2A e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a servidora efetiva, **LUSCINETY ALVES PEREIRA**, para exercer função gratificada – FG-2A, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2024.

FRANCISCA ALVES
RIBEIRO:14858339
572

Assinado de forma digital
por FRANCISCA ALVES
RIBEIRO:14858339572
Dados: 2024.04.02
16:29:34 -03'00'

FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA
ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

DECRETO Nº 48/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Nomeia Coordenadora de Políticas para a Juventude e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora **GINA MARIA FERREIRA SOUZA** para o cargo de Coordenação de Políticas para a Juventude, na Secretaria Municipal dos Direitos da Cidadania e Proteção Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2024.

FRANCISCA ALVES RIBEIRO:14858339572
572

Assinado de forma digital
por FRANCISCA ALVES
RIBEIRO:14858339572
Dados: 2024.04.02
16:31:52 -03'00'

FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA
ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

DECRETO Nº 49/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Nomeia Coordenadora de Proteção Social Básica - 03 e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora **PEDRINA MENDES DOS SANTOS** para o cargo de Coordenadora de Proteção Social Básica - 03 da Secretaria Municipal dos Direitos da Cidadania e Proteção Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2024.

FRANCISCA ALVES RIBEIRO:14858339572
39572

Assinado de forma digital por FRANCISCA ALVES RIBEIRO:14858339572
Dados: 2024.04.02 16:34:07 -03'00'

FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA
ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

DECRETO Nº 50/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Nomeia Coordenador de Proteção Social Básica - 02 e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor **ANDERSON CARLOS RIBEIRO DA SILVA** para o cargo de Coordenador de Proteção Social Básica - 02 da Secretaria Municipal dos Direitos da Cidadania e Proteção Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2024.

FRANCISCA ALVES RIBEIRO:14858339572
572

Assinado de forma digital
por FRANCISCA ALVES
RIBEIRO:14858339572
Dados: 2024.04.02 16:36:38
-03'00'

FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA
ESTADO DA BAHIA
PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344 - CENTRO
CNPJ: 14.105.209/0001-24

DECRETO N.º 51/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Nomeia Coordenadora de Proteção Social Básica - 01 e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1.º. Fica nomeada a Senhora **TAIANE SENA GONÇALVES** para o cargo de Coordenadora de Proteção Social Básica - 01 da Secretaria Municipal de Direitos da Cidadania e Proteção Social.

Art. 2.º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA, ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2024.

FRANCISCA
ALVES
RIBEIRO:1485833
9572

Assinado de forma digital
por FRANCISCA ALVES
RIBEIRO:14858339572
Dados: 2024.04.02
16:41:10 -03'00'

FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA**

ESTADO DA BAHIA

PRAÇA DEPUTADO HENRIQUE BRITO, 344

CNPJ: 14.105.209/0001-24

POTARIA N° 04/2024, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

“Dispõe sobre Licença Remunerada para estudo de Doutorado e dá outra providência.”

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CARINHANHA**, Francisca Alves Ribeiro e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, Wesley Bruno Silva do Nascimento Gomes, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Deliberar em favor do deferimento do pedido de licença remunerada para estudos de doutorado da Servidora **Rosa Belém Farias**, conforme art. 48, e seu § 1° da Lei n° 1.139/2011, de 19 de dezembro de 2011, contando a partir da data desta publicação, com término previsto para 01/04/2026, conforme requerimentos e comprovante de matrícula em anexo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data da sua Publicação.

GABINETE DA PREFEITA E DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE CARINHANHA ESTADO DA BAHIA.

CARINHANHA/BA, 01 DE ABRIL DE 2024.



FRANCISCA ALVES RIBEIRO
Prefeita Municipal

Wesley Bruno S. de N. Gomes
SECRETARIO MUNIC. DE EDUCAÇÃO
DECRETO N° 121/2023



WESLEY BRUNNO SILVA DO NASCIMENTO GOMES
Secretário Municipal de Educação

Praça Deputado Henrique Brito, 344 – Centro – CEP: 46445-000 – Telefone: (77) 3485-2657 –
WWW.CARINHANHA.BA.GOV.BR



REQUERIMENTO

A

Secretária Municipal de Educação - Carinhanha/BA

Darlene Rodrigues Vieira Freitas

**Assunto: LICENÇA REMUNERADA PARA QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL/ ESTUDO/Doutorado**

Eu, **ROSA BELÉM FARIAS**, brasileira, servidora pública, inscrita no CPF nº 896.429.025-91 e RG nº 08.305.83-41, lotada na Escola Municipalizada Alice Sales Pereira e atualmente com a função de Supervisora de Ensino, venho por deste requer a **LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL/ ESTUDO**, doutorado na Universidade Federal do Estado da Bahia- UFBA. A grande Área concentrada é Literatura e Cultura- Letras, Linha de pesquisa - Documentos da Memória Cultural Campus Universitário localizado na Av. Barão de Jeremoabo, 147 - Ondina - Salvador/BA . A licença está prevista na LDB 9394/96 como também explicitamente assegurada no Plano de Carreira e remuneração do Magistério Público - Lei 1.139/2011 de 19 de dezembro de 2011. Assim a luz desses documentos que regem os princípios da educação municipal como também o ir e vir do servidor no que dizem respeito as suas atividades laborais, **peço a licença remunerada** sem prejuízos das minhas conquistas remunerarias ao longo da carreira. Sendo assim e considerando ainda as bases legais, nas quais estão especados as solicitações, lembro que a licença nesse momento é crucial para o aprimoramento dos meus estudos, pois já nesta fase preciso estar disponível para as atividades que endossam o curso, e sem a execução com qualidade delas, certamente comprometerei toda a trajetória de dedicação as etapas anteriores e posteriores. Assim explicito que nestes **dois anos** que é o prazo solicitado neste instrumento, tenho cumprimentos inadiáveis e intransponíveis que asseguram a minha titulação, a saber:

- Tirocínio Docente (UNEB - Guanambi)
- Qualificação do Projeto (UFBA- Salvador/BA)
- Pesquisa de Campo (Barra do Parateca)
- Participação no Grupo de Estudos NUEEPA - Núcleo de Estudos de Escrituras Performáticas Andinas - (UFBA -Salvador/BA)

Recebido
12/06/2023
[Assinatura]

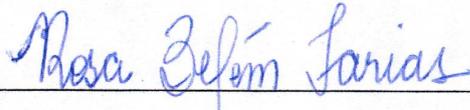


- Estudos e seleções bibliográficas (Espaços adequados para leitura/reflexão/produção intelectual)

É importante ressaltar que todas as atividades supracitadas, são presenciais e os núcleos onde ocorrem/ão ficam distantes, chegando a quase 900km da sede de Carinhanha/BA. Com toda essa agenda e robustez das atividades, peço a licença pelo prazo de (02) dois anos, a contar com a data desta publicação. A título de informações, o doutorado tem uma carga horária que ao seu computo final equivale a 48 meses, 04 (quatro) anos.

Nestes termos, peço deferimento.

Carinhanha, 12 de junho de 2023.



Rosa Belém Farias - Professora



15/06/23 14:16

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

 Portal do Discente	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS	 <small>Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas UFBA</small>
EMITIDO EM 15/06/2023 14:16		

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO SEMESTRAL EM COMPONENTES CURRICULARES

Período Letivo: **2023.1** (14/03/2023 à 15/07/2023) Nível: **DOUTORADO**
 Matrícula: **2021125065** Vínculo: **REGULAR**
 Nome: **ROSA BELÉM FARIAS**
 Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA (PPGLITCULT)**
 Nível: **DOUTORADO**
 Área de Concentração: **Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura**
 Linha de Pesquisa: **DOCUMENTOS DA MEMÓRIA CULTURAL**
 Orientador: **CARLA DAMEANE PEREIRA DE SOUZA**

TURMAS MATRICULADAS: 0**ATIVIDADES MATRICULADAS: 2**

Cód.	Componentes Curriculares/Docentes	Turma	Status	Horário
LET790/20151-PPGLITC	PESQUISA ORIENTADA Forma de Participação: ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL	--	MATRICULADO	--
LET791/20151-PPGLITC	TIROCINIO DOCENTE ORIENTADO Forma de Participação: ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL	--	MATRICULADO	--

ATENÇÃO

A inscrição em componentes curriculares poderá ser cancelada a qualquer tempo, se não atender às exigências contidas no Regulamento de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, disponíveis integralmente no portal UFBA, no endereço <https://www.ufba.br/legislacao>.

Perícia Médica: Em atendimento ao Artigo 6º do Regulamento de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação (Artigo 6º - O candidato admitido à matrícula será encaminhado ao Serviço Médico da Universidade para submeter-se a exames obrigatórios) vigente, compareça ao Serviço Médico da UFBA à Rua Padre Feijó nº 240 - Canela 4º Pavimento do Ambulatório Magalhães Neto, que funciona diariamente das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 18:00 horas, no Setor de Enfermagem, para realizar a avaliação de saúde. É necessário levar os exames de laboratório e carteira de vacinação. Mais esclarecimentos através dos telefones 3283-8709, 3283-8713, 3283-8715, 3283-8743 ou 3283-8744.

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://sigaa.ufba.br/sigaa/documentos/> informando a matrícula, a data de emissão e o código de verificação **bfe8c6d039**

SIGAA | STI/SUPAC - - | Copyright © 2006-2023 - UFBA

Rosa Belém Farias
15/06/2023
Lome



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/896B-92D8-CD3A-BEC7-EA0F> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 896B-92D8-CD3A-BEC7-EA0F



Hash do Documento

5bfb82e449ad27b802c8f3a06362ff94e8680f4f3cba83a45d1451c226855af2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/04/2024 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 02/04/2024 17:38 UTC-03:00